



CONCURSO PÚBLICO para o cargo de



ANALISTA DE GESTÃO E NEGÓCIOS – DIREITO

PROVA
S13 – P
MANHÃ

ATENÇÃO:
Verifique se o tipo de prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas



TRANSCREVA EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS A FRASE DO CIENTISTA INGLÊS ISAAC NEWTON PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“O que sabemos é uma gota, o que ignoramos é um oceano.”

ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas.

● ESTE CADERNO CONTÉM 70 (SETENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO:

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	05	1
História e Geografia de Rondônia	05	1
Conhecimento em Informática	05	1
Direito Constitucional	15	2
Direito Administrativo	15	2
Direito Trabalhista e Processo Trabalhista	05	1
Direito Civil e Processo Civil	10	1
Direito Penal	10	1

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Leia o texto abaixo e responda às questões 01, 02 e 03.

Texto 1:

Se atentarmos para as grandes revoluções da História – bem ou mal sucedidas –, desde a revolta de Espártaco e os escravos por ele liderados, até a bem recente revolução sandinista na Nicarágua, perceberemos que todas elas trazem em seu bojo a ideia de justiça social, que constitui a essência da ideologia das revoluções. Quanto menor for a disparidade entre os membros de uma sociedade, menor a probabilidade de uma revolução.

A justiça é um dos fermentadores das incessantes transformações sociais, quer o homem creia na possibilidade de uma organização mais equitativa das relações exteriores entre os homens, quer ele considere como simplesmente intoleráveis certas injustiças, apesar de outras vantagens que a situação existente possa eventualmente lhe proporcionar.

.....
Isto evidencia o papel primeiro da justiça, como finalidade da ordem social. Utilizando-me aqui da formulação do filósofo americano John Rawls, diria que a justiça é a primeira virtude das instituições sociais, da mesma maneira que a verdade é a primeira virtude de um sistema de pensamento. Devem-se rejeitar as teorias falsas, ainda que elegantes ou econômicas; da mesma forma, as leis e as instituições, se injustas, mesmo que eficientes e bem estruturadas, devem ser abolidas.

(BARBOSA, J. C. Tadeu. In: *O que é liberdade, Justiça, Direito*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d., p. 61-2.)

Questão 02

A alternativa em que MESMO tem valor significativo idêntico ao que se observa em “mesmo que eficientes e bem estruturadas” (parágrafo 3) é:

- A) Ele era sempre muito rigoroso, mesmo consigo.
- B) Mesmo estudando, não passou no concurso.
- C) Há mesmo necessidade de entrar com uma ação?
- D) O caso era grave: ele mesmo não sabia o que fazer.
- E) A matéria em discussão era do mesmo teor.

Questão 03

Altera-se o sentido de: “[...] apesar de outras vantagens que a situação existente possa eventualmente lhe proporcionar.” (parágrafo 2) com a substituição da locução prepositiva APESAR DE por:

- A) malgrado
- B) embora
- C) à vista de
- D) a despeito de
- E) não obstante

Questão 01

Para persuadir o leitor a concluir como ele, o autor recorre a todas as estratégias argumentativas a seguir, EXCETO a que se lê em:

- A) evidência de ordem factual.
- B) argumento de autoridade na matéria.
- C) analogia do tipo “A está para B assim como C está para D”.
- D) consistência do raciocínio.
- E) ilustração com elemento de narrativa literária.

Leia o texto abaixo e responda às questões 04 e 05.

Texto 2:

A expressão acesso à justiça tem duplo significado. Um particular, estrito, e outro amplo, geral, ou, como dizem os juristas, lato. O sentido particular ou estrito está, evidentemente, contido no geral.

Em sentido estrito, o acesso à justiça é satisfeito pela oportunidade de alguém participar, em sua própria defesa, de um procedimento judicial. Neste sentido, o acesso à justiça significa acesso ao Judiciário. É a efetiva oportunidade de se obter a justiça através da decisão de um juiz ou tribunal. Em sentido geral, o acesso à justiça é dado pelas condições de existência objetiva da justiça [...], isto é, da justiça social.

.....
A questão do acesso à justiça não é vista, entretanto, em seu duplo significado. Quando se diz, por exemplo, que as classes economicamente desfavorecidas não têm acesso à justiça, somos levados a pensar que uma reforma do Poder Judiciário resolveria o problema. Transfere-se ao Judiciário, ou tenta-se transferir, mais do que ele pode resolver, pois o acesso à justiça deve se dar inicialmente no sentido geral, a partir da eliminação das profundas desigualdades sociais. Critica-se o Judiciário e o sistema jurídico, esquecendo-se de examinar a estrutura social.

.....
[...] Não basta reivindicar reformas legais dentro do sistema que valida as normas existentes. É necessária uma reforma que possibilite o acesso à justiça em seu duplo sentido, o lato – a justiça social – e o estrito – a possibilidade de demandar na Justiça Legal, em igualdade de condições, com resultados rápidos e... justos. (BARBOSA, J. C. Tadeu. In: *O que é liberdade, Justiça, Direito*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d., p. 81-2 com adaptações).

Questão 04

O sentido do segundo parágrafo do texto fica visivelmente comprometido caso se proceda à alteração proposta em:

- A) Trocar as expressões “Em sentido estrito” e “Em sentido geral”, respectivamente, por “Neste” / “Naquele”.
- B) Apagar o possessivo de “em sua própria defesa”, escrevendo “em defesa própria”.
- C) Usar, em substituição à locução prepositiva “através de”, a preposição acidental “via”.
- D) Empregar, após “Judiciário”, em vez de ponto, o sinal de dois-pontos, seguido de minúscula.
- E) Substituir, em “o acesso à justiça é dado”, o complemento “à justiça” por “a ela”, sem acento grave.

Questão 05

Na argumentação desenvolvida, a afirmação destinada a justificar ponto de vista emitido no período ou oração imediatamente anterior é:

- A) “O sentido particular ou estrito está, evidentemente, contido no geral.” (parágrafo 1)
- B) “Em sentido geral, o acesso à justiça é dado pelas condições de existência objetiva da justiça [...]” (parágrafo 2)
- C) “[...] somos levados a pensar que uma reforma do Poder Judiciário resolveria o problema.” (parágrafo 3)
- D) “[...] o acesso à justiça deve se dar inicialmente no sentido geral, a partir da eliminação das profundas desigualdades sociais.” (parágrafo 3)
- E) “Critica-se o Judiciário e o sistema jurídico, esquecendo-se de examinar a estrutura social.” (parágrafo 3)

Questão 06

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro volta a dar demonstração da velha tutela das elites nacionais relacionadas à região amazônica. Criou novos territórios federais como o Amapá, Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Rondônia), amputando espaços aos antigos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso e mantendo ainda o Acre na condição de território. Colocam-se, assim, sob a administração direta do governo federal amplas parcelas dos territórios dos estados amazônicos. É o reconhecimento tácito da frágil inserção social e econômica da sociedade que se propôs a colonizar a região, mesmo transcorridos mais de três séculos de ocupação. (PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 30 - Adaptado).

Segundo o autor, as razões para a nova divisão territorial da Amazônia são claramente geopolíticas, já que se tratavam, principalmente, de territórios:

- A) com grande potencial energético.
- B) para a expansão da fronteira agrícola.
- C) criados em áreas de fronteiras.
- D) com as maiores unidades ambientais.
- E) localizados no extremo oriental.

Questão 07

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram um novo tratado em relação à distribuição das terras do “novo mundo”. Com base no princípio de *Uti Possidetis*, diversos espaços amazônicos, incluindo onde se encontra atualmente o estado de Rondônia, passaram ao domínio português. Esse fato é denominado de Tratado de:

- A) Petrópolis.
- B) Madrid.
- C) Santo Ildefonso.
- D) Utrecht.
- E) Sacramento.

Questão 08

A criação dos municípios de Rondônia, na maioria das vezes, ocorreu por meio de processos de fragmentações territoriais. É comum nesses processos, que o desmembramento de um município possa resultar na criação de duas ou mais unidades político-administrativas. Entre os municípios a seguir, o que foi criado do desmembramento de terras pertencentes aos municípios de Ariquemes e Porto Velho é:

- A) Vilhena.
- B) Alto Paraíso.
- C) Guajará-Mirim.
- D) Theobroma.
- E) Alvorada d'Oeste.

Questão 09

O estado de Rondônia é formado por diversas unidades de conservação geridas pelo Ministério do Meio Ambiente. Entre elas, destaca-se a Floresta Nacional de Jamari, ocupando área pertencente a mais de um município de Rondônia. A função da referida unidade de conservação é:

- A) uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável.
- B) evitar qualquer acesso humano, mesmo dos povos tradicionais, na região em que o Rio Corumbiara deságua no Rio Guaporé.
- C) proteger as nascentes dos igarapés Aponiã e Cuniãzinho, afluentes do médio Madeira, e ecossistemas de transição Savana / Floresta.
- D) ser uma unidade de proteção integral destinada à preservação da natureza, podendo ser visitada apenas com o objetivo educacional.
- E) preservação integral da biota e dos demais atributos naturais da área de transição entre os biomas do Cerrado e do Pantanal, sem a interferência humana direta.

Questão 10

Historicamente marcado pelas atividades extrativas, o estado de Rondônia vivenciou o nascimento de uma nova atividade, que gerou significativo desenvolvimento econômico na segunda metade do século XX. Apesar do declínio da atividade mineradora no final do século XX, Rondônia encontra-se entre os dois maiores detentores nacionais do minério de:

- A) ferro.
- B) alumínio.
- C) manganês.
- D) estanho.
- E) cobre.

CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA

Questão 11

No Windows Vista, se clicarmos sobre um arquivo ou pasta com a tecla Ctrl pressionada e, em seguida, arrastarmos e soltarmos a tecla Ctrl e o botão do mouse em um diretório de destino, será:

- A) aberto o visualizador rápido para exibição do arquivo ou pasta selecionados.
- B) apresentado o modo de exibição detalhes com diversas características do arquivo ou pasta selecionados.
- C) excluído o arquivo ou pasta selecionados, porém eles permanecerão disponíveis na lixeira.
- D) realizado, automaticamente, uma cópia do arquivo ou pasta selecionados no diretório de destino.
- E) excluído definitivamente o arquivo ou pasta selecionados, sem passar pela lixeira.

Questão 12

São distribuições do sistema operacional Linux:

- A) Red Hat, Debian, SuSe e Kurumin.
- B) Solaris, Red Hat, SuSe e Ubuntu.
- C) Open VMS, SuSe, Debian e Red Hat.
- D) SPARC, Red Hat, SuSe e Kurumin.
- E) Kurumin, Solaris, SPARC e SuSe.

Questão 13

São linguagens de programação, EXCETO:

- A) Java
- B) C++
- C) PHP
- D) Pascal
- E) TCP/IP

Questão 14

Das opções a seguir, assinale aquela que contém apenas dispositivos de *hardware* existentes nas redes locais de microcomputadores.

- A) Token Ring, Ethernet e FDDI.
- B) Hubs, pontes, switches e repetidores.
- C) Firewall, DHCP e barramento.
- D) Servidor, estação de trabalho e sistema operacional.
- E) Impressora, servidor de impressão e sistema operacional de rede.

Questão 15

É um visualizador de documentos disponibilizado gratuitamente na Internet para distribuição e leitura de arquivos:

- A) Javascript.
- B) CGI.
- C) Adobe Acrobat Reader.
- D) XML.
- E) Skype.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 16

A respeito da evolução histórica do constitucionalismo, é correto afirmar:

- A) Os forais ou cartas de franquia foram as primeiras manifestações constitucionais de que se têm notícia.
- B) Não houve, na antiguidade, experiência constitucional ou de limitação do poder político.
- C) O constitucionalismo moderno foi marcado pelo liberalismo clássico e pelas constituições consuetudinárias.
- D) O chamado “totalitarismo constitucional” e o caráter dirigente das constituições é fenômeno a ser destacado no constitucionalismo contemporâneo.
- E) A constituição do México de 1917 e a de Weimar de 1919 se notabilizaram historicamente pelo caráter de absentismo estatal, valorização da propriedade privada e proteção do indivíduo.

Questão 17

O poder constituinte caracterizado como um poder de fato e que se manifesta por meio das mutações constitucionais é classificado como:

- A) derivado.
- B) decorrente.
- C) difuso.
- D) originário.
- E) supranacional.

Questão 18

A possibilidade de Tribunal de Justiça estadual conhecer e julgar reclamação para preservação de sua competência e autoridade de suas decisões encontra fundamento interpretativo, principalmente:

- A) na isonomia.
- B) na prevalência da constituição.
- C) no princípio da unidade da constituição.
- D) na teoria da encampação.
- E) na teoria dos poderes implícitos.

Questão 19

Assinale a alternativa correta ao apontar a diferença entre Constituição rígida e flexível.

- A) A flexível pode ser alterada, ao contrário da rígida, que é inalterável.
- B) A flexível pode ser alterada pelo Poder Legislativo, enquanto a rígida somente pode ser alterada pelo poder constituinte originário.
- C) A flexível pode ser alterada pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Executivo, ao passo que a rígida somente pode ser alterada pelo Poder Legislativo.
- D) A flexível, diferentemente da rígida, não possui um processo legislativo de alteração mais dificultoso do que aquele previsto para as normas infraconstitucionais.
- E) A flexível possui caráter principiológico, enquanto na rígida prevalece o aspecto preceitual.

Questão 20

Segundo a Constituição Federal, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão:

- A) por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- B) por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- C) por lei federal, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- D) por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma de decreto a ser especificamente editado para tanto.
- E) por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma de decreto a ser especificamente editado para tanto.

Questão 21

Assinale a alternativa que indica matéria cuja competência legislativa a Constituição Federal atribuiu privativamente à União.

- A) trânsito.
- B) juntas comerciais.
- C) direito econômico.
- D) educação.
- E) procedimentos em matéria processual.

Questão 22

A respeito da competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e os Municípios, dispõe a Constituição Federal:

- A) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- B) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- C) A superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual que lhe for contrária.
- D) A competência dos Municípios é excluída pela competência dos Estados.
- E) A competência dos Estados somente será exercida, se não houver lei federal ou municipal sobre a respectiva matéria.

Questão 23

A invasão, por ordem de autoridade policial, de quarto de hotel ocupado, durante a noite, para realizar prisão em flagrante delito, reputa-se:

- A) inconstitucional, pois os quartos de hotel são abrangidos pela norma da inviolabilidade do domicílio, inserindo-se no conceito de casa.
- B) constitucional, porque a inviolabilidade de domicílio se verga diante de ordem fundamentada de autoridade policial, a qualquer hora do dia ou da noite.
- C) inconstitucional, pois ninguém pode penetrar em domicílio sem o consentimento do morador.
- D) inconstitucional, pois a inviolabilidade do domicílio somente se excepciona por ordem judicial e durante o dia.
- E) constitucional, por se tratar de flagrante delito, que configura exceção à inviolabilidade do domicílio.

Questão 24

Acerca da chamada modulação dos efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade, é correto afirmar:

- A) A mitigação do princípio da nulidade não se aplica ao controle difuso de constitucionalidade.
- B) No controle concentrado de constitucionalidade, é vedado ao Supremo Tribunal Federal estabelecer que sua decisão tenha eficácia diferida para momento diverso do trânsito em julgado.
- C) Por maioria de dois terços de seus membros, pode o Supremo Tribunal Federal estabelecer a eficácia *ex nunc* de declaração de inconstitucionalidade.
- D) É vedado ao Supremo Tribunal Federal restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado, pois as leis inconstitucionais são absolutamente nulas e desprovidas de força vinculativa.
- E) A modulação dos efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade depende do voto de três quintos dos membros do Supremo Tribunal Federal.

Questão 25

A inconstitucionalidade de lei municipal que disponha sobre direito civil é classificada como:

- A) material.
- B) formal por violação a pressupostos objetivos do ato normativo.
- C) formal por vício de iniciativa.
- D) formal orgânica.
- E) nomoestática.

Questão 26

Sobre o momento do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- A) O controle preventivo cabe somente ao Poder Legislativo.
- B) O Poder Judiciário pode realizar controle prévio, pela via de exceção ou defesa, se provocado por parlamentar, para garantia do devido processo legislativo.
- C) O veto presidencial, por sua característica política, não configura hipótese de controle de constitucionalidade.
- D) O controle repressivo é de competência privativa do Poder Judiciário.
- E) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

Questão 27

A decisão de órgão fracionário de Tribunal que, sem declarar expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta parcialmente sua incidência:

- A) viola a Constituição, porque a competência para julgar inconstitucionalidade é privativa do Supremo Tribunal Federal.
- B) não viola a Constituição, por se tratar de controle de constitucionalidade por via de exceção.
- C) não viola a Constituição, vez que a matéria ainda se sujeitará a recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal.
- D) viola a Constituição, pois não observa a cláusula de reserva de plenário.
- E) não viola a Constituição, porquanto inexistente declaração expressa de inconstitucionalidade.

Questão 28

O plebiscito e o referendo, formas de expressão da democracia direta previstas pela Constituição Federal, se diferenciam entre si quanto:

- A) à competência para convocação, sendo o plebiscito convocado por ato do Congresso Nacional e o referendo autorizado por ato do Presidente da República.
- B) ao instrumento convocatório, pois o referendo somente pode ser autorizado por iniciativa popular, ao passo que o plebiscito é convocado por ato do Poder Legislativo.
- C) ao momento da consulta popular em relação ao ato objeto da deliberação, sendo prévia no caso do referendo e posterior no caso do plebiscito.
- D) ao número de alternativas postas à deliberação popular, sendo apenas duas (sim ou não) no caso do referendo, e mais do que duas no caso do plebiscito.
- E) ao momento da consulta popular em relação ao ato objeto da deliberação, sendo prévia no caso do plebiscito e posterior no caso do referendo.

Questão 29

A competência para julgar, originariamente, homologação de sentença estrangeira e concessão de *exequatur* às cartas rogatórias é constitucionalmente conferida:

- A) ao Supremo Tribunal Federal.
- B) ao Tribunal de Justiça territorialmente competente.
- C) ao Superior Tribunal de Justiça.
- D) ao Tribunal Regional Federal territorialmente competente.
- E) ao Juiz Federal territorialmente competente.

Questão 30

A Constituição Federal prevê, entre as funções institucionais do Ministério Público, a de:

- A) orientação jurídica e defesa, em todos os graus, dos necessitados.
- B) representação judicial da União.
- C) representação do Poder Público na execução de dívida ativa.
- D) exercer a consultoria jurídica de entidades públicas.
- E) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 31

Uma das diferenças entre os atos administrativos de licença e de autorização reside na:

- A) vinculação da licença e discricionariedade da autorização.
- B) precariedade da licença e perenidade da autorização.
- C) revogabilidade da licença e irrevogabilidade da autorização.
- D) impossibilidade de anulação da licença e possibilidade de anulação da autorização.
- E) característica unilateral da licença e negocial da autorização.

Questão 32

A responsabilidade civil de agentes públicos por danos que tenham causado, nessa qualidade, à Administração é:

- A) objetiva, por atos omissivos e comissivos.
- B) objetiva, mas incidente apenas por atos comissivos.
- C) subjetiva, mas incidente apenas por atos comissivos.
- D) subjetiva por atos omissivos e objetiva por atos comissivos.
- E) subjetiva, por atos omissivos e comissivos.

Questão 33

Assinale a alternativa correta a respeito do regulamento administrativo no direito brasileiro.

- A) Os regulamentos administrativos têm por objeto criar direitos ou impor obrigações aos administrados.
- B) Às instruções, portarias, resoluções e aos regimentos, não se aplicam os limites impostos aos regulamentos.
- C) Os regulamentos administrativos podem ser vinculados ou autônomos, não podendo, porém, decompor analiticamente conceitos legais sintéticos.
- D) Caracterizar fatos, situações ou comportamentos enunciados na lei mediante conceitos vagos é um dos propósitos dos regulamentos administrativos.
- E) Os regulamentos não podem servir ao propósito de limitar a discricionariedade administrativa.

Questão 34

Os rios públicos navegáveis e os terrenos que lhe são marginais são classificados, respectivamente, como bens públicos:

- A) dominicais e de uso comum.
- B) de uso especial e de uso comum.
- C) de uso comum e dominicais.
- D) de uso comum e de uso especial.
- E) dominicais e de uso especial.

Questão 35

Sobre as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, é correto afirmar que:

- A) se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas.
- B) podem se revestir da forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada.
- C) devem ser criadas por lei ou regulamento administrativo.
- D) se sujeitam a regime jurídico semelhante ao das autarquias.
- E) não estão obrigadas a realizar licitação para contratação de obras e serviços.

Questão 36

A inversão das fases da licitação, para se realizar primeiro a classificação e depois a habilitação:

- A) gera nulidade de todo o processo licitatório, independentemente da modalidade.
- B) é exigida quando se tratar de pregão.
- C) é exigida nas licitações para concessões e permissões de serviço público.
- D) somente é permitida nas tomadas de preços.
- E) é facultativa no pregão.

Questão 37

Nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, a modalidade de licitação adequada para a contratação de obra de engenharia no valor de R\$ 800.000,00 é a:

- A) tomada de preços.
- B) carta-convite.
- C) pregão.
- D) concorrência.
- E) leilão.

Questão 38

Nos contratos administrativos, a lei confere à Administração Pública a prerrogativa de:

- A) no caso de serviços essenciais, ocupar, em caráter definitivo, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese de sua rescisão.
- B) alterar as cláusulas econômico-financeiras do contrato, sem prévia concordância do contratado.
- C) rescindir unilateral e motivadamente o contrato, por razões de interesse público, sem indenizar o contratante.
- D) modificar unilateralmente o contrato, mesmo sem modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- E) atrasar os pagamentos ao contratado por até 90 dias, sem se sujeitar à exceção de inadimplemento contratual e à suspensão do cumprimento do contrato.

Questão 39

A Lei Federal nº 8.666/1993 considera inexigível a realização de processo licitatório:

- A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- C) para contratação de cooperativas de catadores de lixo.
- D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- E) para compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

Questão 40

Assinale a alternativa correta a respeito da servidão administrativa.

- A) Pode um Município instituir servidão sobre imóvel estadual, mas um Estado não pode fazê-lo sobre imóvel da União.
- B) A servidão administrativa deve ser instituída, necessariamente, por sentença judicial.
- C) A servidão administrativa enseja a perda da propriedade pelo particular.
- D) A prescrição da pretensão indenizatória, no caso de servidão administrativa, é de 20 anos.
- E) Não se funda em ato administrativo revestido de autoexecutoriedade.

Questão 41

Na hipótese de enchentes que configurem estado de perigo público iminente e calamidade pública reconhecida por decreto municipal, a requisição de bens particulares:

- A) está dispensada do pagamento de indenização ao proprietário.
- B) depende de prévia decisão judicial.
- C) assegura ao proprietário indenização ulterior, desde que tenham sido provocados danos.
- D) depende, ainda assim, do pagamento de prévia e justa indenização ao proprietário.
- E) não pode privar seu proprietário do uso da coisa.

Questão 42

Acerca da estabilidade ordinária dos servidores públicos, é correto afirmar:

- A) Adquire-se após dois anos de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- B) Estende-se aos ocupantes de cargos em comissão.
- C) Adquire-se após a vitaliciedade no cargo.
- D) O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- E) É condicionada à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Questão 43

Assinale a alternativa que descreve ato de improbidade administrativa cujo pressuposto subjetivo da conduta restringe-se ao dolo.

- A) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- B) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- C) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- D) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- E) Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

Questão 44

Sobre os Tribunais de Contas, é correto afirmar que:

- A) exercem função jurisdicional.
- B) seus integrantes não gozam das mesmas garantias atribuídas aos membros do Poder Judiciário.
- C) são subordinados ao Poder Legislativo.
- D) dois terços de seus membros são escolhidos pelo Poder Legislativo.
- E) não poderá sustar o ato impugnado sem prévia decisão do Poder Legislativo.

Questão 45

A competência para pessoa jurídica de direito privado, que exerce função delegada do Poder Público, promover desapropriação:

- A) depende de autorização legal ou contratual.
- B) é incondicionada, decorrendo do interesse público declarado no decreto expropriatório.
- C) não existe, devendo a desapropriação ser promovida pela entidade pública concedente.
- D) pode ser conferida, por autorização legal expressa, no caso de concessionária, mas não no de permissionária de serviço público.
- E) só é conferida às entidades da Administração Indireta.

DIREITO DO TRABALHISTA E PROCESSO TRABALHISTA

Questão 46

Sobre o contrato individual de trabalho, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho como “contrato de experiência”, pode-se afirmar que:

- A) se trata de contrato improrrogável.
- B) não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas de contratos de experiência.
- C) exceder o prazo de 90 dias transforma o contrato na espécie de tempo indeterminado.
- D) o prazo contratual deve ser certo, isto é, sujeito a data, não sendo permitido sujeitar o prazo contratual à execução de certos serviços especificados.
- E) o contrato de experiência não poderá exceder o prazo de 90 dias, prorrogáveis apenas uma única vez por mais 90 dias.

Questão 47

Assinale a alternativa correta a respeito da relação de emprego.

- A) A exclusividade é um dos requisitos para a configuração da relação de emprego.
- B) O pagamento de comissões ou de participação nos lucros exclui a relação de emprego, por caracterizar relação de sociedade.
- C) A eventualidade é um dos requisitos para a configuração da relação de emprego.
- D) Os empregados podem ser pessoa física ou jurídica.
- E) Para que se inicie a aplicação de todas as consequências da relação de emprego, não é suficiente a celebração do contrato, é necessário o efetivo trabalho.

Questão 48

A respeito dos prazos no processo do trabalho, é correto afirmar:

- A) Presume-se notificada a parte, por carta, 48 horas depois da respectiva postagem.
- B) A contestação oral em audiência dar-se-á no prazo de dez minutos.
- C) A impugnação de cálculos de liquidação deverá ser feita no prazo de 48 horas.
- D) A intimação de praça será realizada com, no mínimo, dez dias de antecedência.
- E) O falecimento da parte suspende a instância, mas não o processo.

Questão 49

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário:

- A) por dois dias consecutivos, em caso de casamento.
- B) por um dia, em cada seis meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- C) por sete dias, em caso de nascimento de filho.
- D) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.
- E) até três dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor.

Questão 50

O comparecimento das partes à audiência, nos dissídios trabalhistas individuais:

- A) depende do requerimento do adversário e deferimento do interrogatório pelo Juiz.
- B) somente representa ônus na audiência de conciliação, mas não na audiência de julgamento, na qual as partes poderão se fazer representar unicamente por seus respectivos advogados.
- C) é ônus apenas do reclamado, sob pena de revelia, podendo o reclamante fazer-se representar unicamente por seu advogado.
- D) é ônus apenas do reclamante, sob pena de arquivamento, podendo o reclamado fazer-se representar unicamente por seu advogado.
- E) é ônus imposto ao reclamante e ao reclamado, sob pena de arquivamento ou revelia e confissão, respectivamente.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

Questão 51

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

- A) Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- B) A execução de sentença proferida nos estrangeiro dispensa tradução.
- C) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, pela lei brasileira.
- D) Para qualificar e reger as obrigações aplicar-se-á a lei do país em que devem ser cumpridas.
- E) As leis, os atos e as sentenças de outro país não têm eficácia no Brasil, por ofenderem a soberania nacional.

Questão 52

Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos da personalidade, segundo a disciplina que lhes confere o Código Civil Brasileiro.

- A) É inválido ato de disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- B) Quando não há intenção difamatória, o nome da pessoa pode ser livremente empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público.
- C) O pseudônimo adotado para atividades lícitas ou ilícitas goza da proteção que se dá ao nome, desde que não se constitua em nome totalmente diverso do verdadeiro.
- D) A divulgação de escritos não autorizados ou a exposição da imagem de uma pessoa não poderão ser proibidas após a sua morte, mesmo se lhe atingirem a boa fama da qual gozava em vida.
- E) Os sucessores de pessoa falecida possuem legitimidade para reclamar indenização por lesão aos direitos da personalidade daquela.

Questão 53

Na hipótese de contratação de grande vulto econômico realizada entre particulares, se uma das partes houver feito investimentos consideráveis para execução de suas obrigações, a rescisão unilateral, regularmente manifestada pela parte contrária, com amparo legal:

- A) não opera efeitos.
- B) é plena e imediatamente eficaz, haja vista que ao contratante é franqueado o livre exercício do direito potestativo de rescisão unilateral.
- C) terá sua eficácia suspensa, somente surtindo efeitos após prazo compatível com a natureza do contrato e o importe dos investimentos.
- D) terá sua eficácia condicionada à indenização da parte contrária no montante dos investimentos até então realizados para a execução do contrato.
- E) depende de aviso prévio de 90 dias, sujeitando o denunciante ao pagamento de indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Questão 54

Sobre a compensação, como forma de extinção das obrigações, pode-se afirmar, nos termos do Código Civil Brasileiro:

- A) A compensação somente se opera entre coisas infungíveis.
- B) O vencimento das dívidas, ainda que o prazo seja de favor, é requisito indispensável para sua compensação.
- C) O direito à compensação pode ser renunciado previamente por uma das partes.
- D) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.
- E) O devedor que se torne credor do seu credor, depois de penhorado o crédito deste, pode opor ao exequente a compensação, de que contra o próprio credor disporia.

Questão 55

Assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil Brasileiro, a respeito do contrato de empreitada.

- A) O contrato de empreitada se extingue pela morte de qualquer das partes.
- B) Tudo pelo que o dono da obra pagou ao empreiteiro presume-se por aquele verificado.
- C) O que se mediu presume-se verificado se, em sessenta dias, a contar da medição, não forem denunciados os vícios ou defeitos pelo dono da obra.
- D) A obrigação de fornecer os materiais é presumida, sendo possível afastá-la por disposição contratual.
- E) O contrato para a elaboração de um projeto implica a obrigação de fiscalizar sua execução.

Questão 56

Na hipótese de morte do depositário, seu herdeiro, que de boa-fé vendeu a coisa depositada, é obrigado a:

- A) entregar ao depositante o preço recebido.
- B) assistir o comprador na demanda que lhe for movida pelo depositante.
- C) assistir o comprador na reivindicação movida pelo depositante e restituir ao comprador o preço recebido.
- D) assistir o depositante na reivindicação movida contra o comprador e restituir a este último o preço recebido.
- E) arcar com as sanções do depositário infiel.

Questão 57

Segundo a mais atual concepção do princípio processual do contraditório:

- A) As matérias de ordem pública não mais podem ser conhecidas de ofício pelo Juiz.
- B) Mesmo nas matérias e questões que deva conhecer de ofício, o Juiz deve intimar as partes para manifestação prévia antes de proferir sua decisão.
- C) Quando se tratar de matérias de ordem pública haverá contraditório diferido.
- D) O contraditório deverá ser possibilitado mesmo quando sua inobservância não seja capaz de gerar prejuízo às partes.
- E) Nas tutelas de urgência, o contraditório antecipado não pode ser afastado, sob pena de nulidade absoluta.

Questão 58

A sentença que também vincular à decisão, sujeito que não participa do processo, deve ser classificada como:

- A) *ultra petita*.
- B) *extra petita*.
- C) *citra petita*.
- D) *infra petita*.
- E) *alter petita*.

Questão 59

Segundo o Código de Processo Civil, do acórdão que houver julgado procedente ação rescisória, caberá recurso:

- A) de apelação.
- B) especial.
- C) ordinário.
- D) de embargos de divergência.
- E) de embargos infringentes.

Questão 60

A legitimidade extraordinária, nos termos do Código de Processo Civil:

- A) depende de autorização legal expressa.
- B) ocorre quando há morte de uma das partes.
- C) somente é permitida nas ações coletivas.
- D) importa em ampliação objetiva da lide.
- E) decorre de convenção entre as partes ou determinação judicial.

DIREITO PENAL

Questão 61

Segundo a Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional, a ação penal, nos crimes nela previstos, será promovida:

- A) pela vítima, perante a Justiça Federal.
- B) pela vítima ou pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.
- C) pelo Ministério Público Estadual, perante a Justiça Estadual.
- D) pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.
- E) pela vítima ou pelo Ministério Público Estadual, perante a Justiça Estadual.

Questão 62

Nos termos da Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional, o órgão do Ministério Público Federal:

- A) pode, sempre que julgar necessário, requisitar, a qualquer autoridade, informação, documento ou diligência, relativa à prova dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.
- B) pode requisitar a qualquer autoridade, informação, documento ou diligência, relativa à prova dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, sendo para tanto indispensável a obtenção de mandado judicial.
- C) pode requisitar, por meio da autoridade policial, a qualquer outra autoridade, informação, documento ou diligência, relativa à prova dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.
- D) não pode requisitar diretamente informação, documento ou diligência, relativa à prova dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, sob pena de usurpar competência de investigação conferida exclusivamente à Polícia Federal.
- E) não pode sequer auxiliar a autoridade policial nas investigações dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, sob pena de suspeição.

Questão 63

Na fixação da pena de multa relativa aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, o limite do valor do dia-multa a ser fixado pelo Juiz poderá ser estendido até:

- A) o maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato.
- B) 10 vezes o maior salário mínimo mensal vigente ao tempo da condenação.
- C) 10 vezes o maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato.
- D) 50 vezes o maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato.
- E) 50 vezes o maior salário mínimo mensal vigente ao tempo da condenação.

Questão 64

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, no caso de crime de gestão temerária de instituição financeira, a denúncia:

- A) não exige que seu sujeito ativo tenha condição de gerir a instituição financeira.
- B) será inepta, se não comprovar detalhadamente os fatos e individualizar a conduta de cada um dos acusados.
- C) por se tratar de crime societário, pode conter narração genérica dos fatos, sem detalhamento da conduta do réu.
- D) é dispensável para o prosseguimento da ação penal.
- E) pode ser apresentada em Juízo pela Polícia Federal.

Questão 65

Para os efeitos da Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, o Estado, ao emitir títulos da dívida pública e colocá-los no mercado para obter recursos para o Tesouro:

- A) se enquadra na definição legal de instituição financeira.
- B) equipara-se à instituição financeira.
- C) não pode ser equiparado à instituição financeira.
- D) somente será equiparado à instituição financeira se gerar prejuízo a terceiros.
- E) fará incidir os crimes contra o sistema financeiro nacional, ainda que não se trate de instituição financeira e nem a esta possa se equiparar.

Questão 66

O crime de manter depósitos no exterior, não declarados à repartição federal competente, é:

- A) culposo e não permanente.
- B) doloso e permanente.
- C) culposo ou doloso e não permanente.
- D) culposo e permanente.
- E) culposo ou doloso e permanente.

Questão 67

O crime de gestão fraudulenta de instituição financeira:

- A) exige coautoria.
- B) possui natureza não habitual.
- C) é crime material.
- D) admite forma culposa.
- E) é crime próprio.

Questão 68

Aplicar, em finalidade diversa da prevista em lei ou contrato, recursos provenientes de financiamento concedido por instituição financeira oficial ou por instituição credenciada para repassá-lo, é considerado:

- A) crime habitual.
- B) crime instantâneo.
- C) crime culposo.
- D) ato criminalmente atípico.
- E) crime impróprio.

Questão 69

Os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional:

- A) não admitem coautoria.
- B) dependem de partícipe para sua consumação.
- C) admitem delação premiada.
- D) são todos punidos com reclusão.
- E) dependem de representação do Banco Central ou da Comissão de Valores Mobiliários para sua investigação.

Uma pessoa pode, pelo simples fato de pertencer à diretoria de uma empresa, ser responsabilizada pelo crime financeiro ali praticado?

- A) Não, sob pena de consagração da responsabilidade penal objetiva, repudiada pelo nosso direito penal.
- B) Não, pois apenas o diretor executivo responde pelos crimes praticados no âmbito da empresa.
- C) Sim, porque a Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional consagra excepcionalmente em nosso direito a responsabilidade penal objetiva.
- D) Sim, por força da presunção de culpa *in eligendo*.
- E) Sim, por força da presunção de culpa *in vigilando*.